



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 40, DE 2003 (do Poder Executivo)

EMENDA MODIFICATIVA (Do Sr. CUSTÓDIO MATTOS e outros)

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

Dê-se ao inciso XI do art. 37, constante do art. 1.º da Proposta, e ao art. 10 da PEC, as seguintes redações:

“Art. 37.

.....

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite o subsídio mensal do Governador para os Estados e o Distrito Federal, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça para os membros do Ministério Público dos Estados, ressalvadas as disposições constantes dos arts. 128, I, d, 93, V e 27, § 2.º, e o subsídio mensal do Prefeito para os Municípios, ressalvada a disposição do art. 29, VI.”

.....

Art. 10. Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o inciso XI do art. 37, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado nesse inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data da entrada em vigor desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite a remuneração mensal ou subsídio do Governador para os Estados e o Distrito Federal, a remuneração mensal ou subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça para os membros do Ministério Público dos Estados, ressalvadas as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

disposições constantes dos arts. 128, I, d, 93, V e 27, § 2.º, e a remuneração mensal ou subsídio do Prefeito para os Municípios, ressalvada a disposição do art. 29, VI.”

JUSTIFICAÇÃO

Através de acréscimo de redação ao dispositivo que trata do teto de remuneração, constante do inciso XI, do art. 37, pretende o Governo Lula incluir o subteto, como limite, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Da mesma forma como já se verificou no âmbito da União tomando o subsídio mensal do Ministro do Supremo Tribunal Federal, para definir o teto, cogita a proposta de instituir um subteto único em cada um desses entes federados, adotando como paradigma o subsídio do governador ou do prefeito.

A CCJR propôs mudanças que, fugindo desta filosofia inicial, ensejam um subteto diferenciado por Poder, em cada ente federado, o que evidentemente não representa uma solução compatível com o espírito do Constituinte nesta matéria, e, de um certo modo, do próprio Governo Lula.

Em razão do exposto, surgiu a presente emenda que mantém a intenção do subteto único, excepcionando da sua aplicação as situações que obedecem a rito próprio, como é o caso dos membros do Poder Judiciário e Ministério Público e dos detentores de mandato eletivo.

Assim, ficam esses últimos, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, subordinados ao teto, enquanto que todas os demais servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como funcionários das estatais e de outros órgãos da Administração Pública terão como subteto o subsídio mensal do Governador ou Prefeito.

Sala das Reuniões, de julho de 2003

Deputado **CUSTÓDIO MATTOS**
PSDB-MG